

# **Psicanálise, fascismo e populismo: notas sobre a emergência do bolsonarismo no Brasil\***

**Psychoanalysis, Fascism and Populism:  
notes on the emergence of Bolsonaroism in Brazil**

**Alexei Conte Indursky**

**Associação Psicanalítica de Porto Alegre (Brasil)**

**Resumo.** O presente artigo se propõe a realizar uma leitura do bolsonarismo a partir de uma revisão do mecanismo de identificação ao líder proposto por Freud. Para tanto, são abordadas as noções de fascismo e populismo, desenvolvidas respectivamente por Theodor Adorno e Ernesto Laclau, decantando daí três operadores fundamentais à emergência desse fenômeno: identificação narcísica, retórica vitimista e “religiosização da política”.

**Palavras-chave:** identificação, fascismo, populismo, bolsonarismo.

**Abstract.** The present essay proposes to discuss the emergence of bolsonarism movement from a revision of the mechanism of identification to the leader proposed by Freud. For that, the notions of fascism and populism, developed respectively by Theodor Adorno and Ernesto Laclau, were chosen, decanting three fundamental operators to the emergence of this phenomenon: narcissistic identification, victimistic rhetoric and "religiosization of politics".

**Keywords:** identification, fascism, populismo, bolsonarism.

## **Fascismo ou populismo, como ler o bolsonarismo?**

**T**rabalhar com a noção de fascismo atualmente, sobretudo após a emergência do bolsonarismo, nos impõe uma série de impasses epistêmicos e ao menos uma questão ética maior. De forma que antes de adentrar na via pela qual eu pretendo trabalhar nessa apresentação, é preciso discutir alguns desses impasses, para poder decantar deles qual a contribuição que a psicanálise pode aportar ao debate.

---

\* O presente artigo é fruto da apresentação realizada no Seminário “Para entender o fascismo”, realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela Faculdade de Ciências Políticas, em agosto de 2019. Posteriormente, uma parte desse ensaio foi submetida à uma edição especial da Revista *Psicanálise e Barroco* (2019/2), sobre *Psicanálise e Política*, com o título “Psicanálise e Política: o trabalho da desilusão”. Esta versão procura aprofundar teoricamente as reflexões expostas nesses dois momentos anteriores.

Uma primeira série de impasses epistêmicos seria a de pretender fazer uma comparação entre as circunstâncias que permitiram a emergência de novos líderes políticos de extrema direita no século passado e sua nova onda em nossa contemporaneidade, ou seja, comparar o nazi-fascismo ao bolsonarismo, por exemplo. Tão rápido essa comparação se estabelece, podemos observar uma divisão na crítica brasileira. Por um lado, identificamos uma série de argumentos que sugerem a utilização do “fascismo” como operador conceitual central de análise, sustentando que, ainda que não tenhamos a implementação de um sistema político-jurídico análogo ao do Terceiro Reich, por exemplo, estaríamos caminhando para tanto.

No atual contexto de recessão econômica mundial que, desde 2008, transformou o estado de excepcionalidade da crise em *modus operandi* normal da gestão do Estado democrático, a eleição de Jair Bolsonaro emerge de uma situação de instabilidade econômica e descrédito com a classe política no Brasil especialmente após a deposição da presidenta Dilma Rousseff. O bolsonarismo, assim como o nazi-fascismo, se apresenta como uma espécie de purificação e higienização da “velha política”, trazida curiosamente pelas “mãos limpas” de um sujeito que esteve 28 anos na Câmara dos deputados, com apenas um projeto aprovado. Ou seja, teríamos aí todos os elementos estruturais para realizar essa comparação: crise econômica, esvaziamento da política, apoio das oligarquias e do povo à líderes carismáticos, captura e instrumentalização do poder judiciário.

Por outro lado, observamos uma tendência a analisar a figura de Bolsonaro como uma figura patética, desprovida de capacidade de governo que seria, em última instância, um mero “avatar” a serviço da elite brasileira. Essa aproximação se dá notadamente, a partir da noção molecular de micro-fascismo, conforme propõem Deleuze e Guattari (1972). Ou seja, não está em questão a analogia dos sistemas políticos, mas a espécie de vínculo libidinal que sustenta o desejo dos sujeitos por um líder fascista. No entanto, encontramos nessas análises, a ressalva de que a figura de Bolsonaro não corresponde ao retorno do mesmo estilo de figuras autoritárias que marcaram os fenômenos nazi-fascistas do século XX. Ou seja, haveria uma distância considerável entre o fantasma do ditador e os novos presidentes de extrema direita.

Se ambas as correntes de leituras parecem acertar na análise fenomenológica dos traços que constituem o novo perfil dos líderes autoritários do século XXI, elas igualmente parecem errar o alvo, no que concerne às transformações de nosso laço social, da forma perversa como se expressa a autoridade e suas formas de gozo em nossa atualidade.

Certamente, Bolsonaro é uma figura patética que não se apresenta nem com a mesma retórica, nem com o mesmo projeto político fascista. No entanto, e essa é a posição que gostaria de defender hoje, longe de isso ser um demérito, ou uma desqualificação de sua figura, isso tem se apresentado como um de seus principais trunfos. Minha posição é de que, como na maioria dos debates promovidos em torno da figura de Bolsonaro, essa

é uma falsa discussão que nos faz perder de vista o real problema que estamos enfrentando.

Para melhor abordarmos essa questão, proponho retomarmos a justificativa com que Ernesto Laclau (2003) começa sua leitura sobre a razão populista :

...em vez de contrapor “vagueza” a uma lógica política madura, governada por um alto grau de determinação institucional [...], deveríamos começar a colocar para nós mesmos um conjunto mais básico e diferente de perguntas: a “vagueza” dos discursos políticos populistas não é consequência da própria realidade social que, em algumas situações é vaga e indeterminada? Nesse caso, o populismo, mais do que uma tosca operação política e ideológica, não seria um ato performativo dotado de racionalidade própria, isto é, em determinadas situações a vagueza não seria pré-condição para a construção de significados políticos relevantes? (Laclau, 2003, p.53)

Ou seja, para Laclau trata-se de pensar o populismo como o fenômeno do político, por excelência. Tarefa que ele fará a partir de uma releitura de Freud e dos mecanismos de identificação que sustentam a relação entre povo e seu líder. Se essa provocação de Laclau pode nos interessar aqui, é porque ela coloca no protagonismo do fenômeno político democrático, não o debate sobre o sistema político-jurídico que torna possível que democracias se tornem sistemas totalitários - debate esse que se aproximaria da primeira série de análises que expus acima. Mas que, todo e qualquer debate sobre política deve ser pensado a partir desse processo em que um líder pode alçar-se à posição de um significante vazio que abriga a heterogeneidade das reivindicações populares que compõem nosso laço social, em suas contradições, inconsistências e efeitos perversos.

Nesse sentido, a contribuição da psicanálise seria a de permitir analisar como se dão essas lógicas e dinâmicas de identificação, como elas se aproximam daquelas que sustentaram o nazi-fascismo e como anunciam as transformações operadas em nosso laço social ao longo do século que separa esses fenômenos.

Dessa forma, essa proposta nos coloca frente a questão ética maior, que anunciei anteriormente, e que pode ser anunciada da seguinte forma: como a análise desse processo inconsciente de identificações pode nos ajudar a pensar porque a estratégia de denúncia e rotulação de ‘fascistas’ ou ‘*bolsominions*’ dirigida aos entusiastas de medidas de extrema direita não parece mais surtir um efeito positivo de crítica e tomada de consciência da desumanização que estamos testemunhando? Muito pelo contrário, testemunhamos absortos como a rotulação de ‘*bolsominion*’ deixa escrachada uma falência da crítica frente a discursos cínicos que autorizam o sujeito a perverter o que até então era interdito. Ou seja, a rotulação de fascista deixou de produzir um efeito performativo de responsabilização e

não repetição da barbárie que possuía até o início do século, passando apenas a reproduzir as clivagens de nosso laço social.

Portanto, a tarefa última seria menos ontológica do que ética: como desmontarmos o discurso cínico para melhor entender como confrontá-lo?

Eliane Brum (2019) propõe a definição de Bolsonaro como anti-presidente que me parece interessante. Como anti-presidente, seu principal objetivo seria o de governar o país como uma milícia contra a nação, criando sua própria oposição, sequestrando o debate público e deixando o país no rumo político de sua própria vontade. O que anuncia, por consequência, uma diferença à análise do populismo de Laclau, pois em sua análise ele não vislumbra esse antagonismo vindo do próprio líder, mas do limite provindo das contradições internas das reivindicações do povo, alcunhas de significantes flutuantes. Minha aposta é de que entender o bolsonarismo como um anti-governo (o que não significa dizer que ele é um “avatar”, nem um novo Hitler) nos permite entender como ele tem se utilizado deliberadamente de uma retórica vitimista e patética como forma de governo, que promove sem cessar a circulação da desordem e da insegurança como manutenção de uma identificação com seus apoiadores.

Portanto, se nossa leitura do bolsonarismo como um populismo patético é plausível, duas questões se impõem: por que nossas democracias parecem destinadas a reviver figuras arcaicas do poder? E quais as fontes dessa identificação?

### **O inconsciente político em *Psicologia das Massas*: Le Bon, Freud e Adorno**

O texto freudiano que permite compreender como se unem num mesmo gesto o mecanismo inconsciente da identificação e as lógicas do poder e governança é *Psicologia das massas e Análise do Eu*. No início da década de 20, Freud lê o livro de Gustave Le Bon (1895), *Psicologia das multidões*, e deduz a lógica da reprodução de grupos sociais, a partir do mecanismo psíquico da identificação.

Lembremos que a leitura de Le Bon, autor notadamente conservador, buscava entender como as revoluções políticas, sobretudo a Revolução da Comuna de Paris de 1871, podiam desintegrar a sanidade mental dos cidadãos franceses. Daí que ele concentrasse suas explicações para a formação das massas no rebaixamento da “capacidade intelectual” de cada indivíduo que se dissolvia na massa, a partir dos efeitos de contágio advindos da sugestão e da hipnose, podendo levar até mesmo ao *furor democraticus*, diagnóstico que foi apropriado e sustentado por vários psiquiatras franceses e italianos para prender opositores insurgentes das comunas (Murat, 2012). Pois como ele argumenta: “Pelo simples fato de fazer parte de uma massa, o homem desce vários degraus na escada da civilização”(Le Bon, 1895, p.24).

Já Freud (1921), por sua vez, irá reconhecer na operação psíquica da identificação uma outra lógica de formação de grupos, que irá modificar consideravelmente essa tradição conservadora e alienista. Para tanto, ele propõe que nas formações de instituições, como a igreja e o exército, os membros de um mesmo grupo devem se identificar a um líder, colocando-o no lugar de ideal de Eu. Ou seja, aquilo que une o indivíduo ao grupo encontra seu fundamento num investimento amoroso e libidinal, em que um traço simbólico do líder funciona singularmente a cada sujeito como seu ideal de Eu, cimentando assim a coesão social horizontal. Por exemplo, eu como católico me identifico simbolicamente a Jesus, pelo que representa seu gesto de penitência em nome do resto da humanidade.

Nessa perspectiva, Freud modifica a leitura político-patológica de Le Bon ao identificar no mecanismo normal da constituição do grupo e da instituição uma mesma lógica que se aplicava às massas. Pois se os membros de um grupo se mantêm unidos a uma causa ou ideia, isso só se dá a medida em que todos eles depositam nesse líder ou causa um investimento libidinal significativo.

No entanto, esse lugar de líder para Freud não é qualquer lugar de poder. Ele estaria filogeneticamente amparado na figura do pai totêmico que inaugura a cultura. Segundo o mito científico de Freud (1913/1996) descrito em *Totem e Tabu*, a passagem do estado de natureza para o estado de cultura só se dá na medida em que os filhos de uma horda primitiva assassinam o Pai, que até então possuía o monopólio sexual sobre as mulheres da tribo. Após a morte desse, os filhos instituem a Lei totêmica como representante da interdição paterna. Nessa antropologia política freudiana, a dimensão da lei cultural toma sua eficácia simbólica a partir de uma espécie de obediência *a posteriori*, motivada pela culpa sentida pelos filhos que, após matarem o Pai, instituem a Lei sob os mesmos moldes do interdito paterno.

Parêntese: esse mito científico foi longamente contestado e criticado por uma variada gama de estudos antropológicos e por certas correntes psicanalíticas, que procuraram indicar a inviabilidade científica desse sonho não analisado de Freud, de acordo com as palavras de Lacan.

Contudo, por mais que esse mito científico de Freud não se sustente antropológicamente, sua lógica de funcionamento sugere um mecanismo que nos interessa aqui. Pois, se o que liga o sujeito ao líder é um traço de identificação, o fundamento simbólico da autoridade também guarda um germen do lugar da exceção e da desmesura, isto é, de um pai primitivo que se coloca à parte da lei para fundá-la<sup>1</sup>. O que nos demonstra que, já em Freud, podemos compreender que a possibilidade da exceção e do arbítrio estão inscritas na cultura, não como um retrocesso arcaico, mas como

---

<sup>1</sup> Para uma leitura mais detalhada dessa questão, ver o texto de Eric Porge, *Transmitir a Clínica psicanalítica*, em que ele distingue a noção de traço unário em Lacan e a noção de traço unariano na teoria dos conjuntos.

condição de possibilidade de nossas democracias. Tese que anos após seria defendida por Carl Schimdt, teórico do nazismo, e mais recentemente, recapitulada por Giorgio Agamben (Agamben, 1993).

De acordo com Vladimir Safatle (2015), essa é forma de Freud nos lembrar que a história da democracia no ocidente é uma história de um retorno hesitante com relação, tanto ao núcleo teológico-político do poder, quanto a suas figuras fortemente religiosas e militarizadas. Se essas figuras retornam, é porque nunca de fato conseguimos abandonar essas concepções de poder, nem nunca de fato teríamos nos livrado de uma realidade social cuja matriz fundamental de relação é a guerra e a religião.

Mas, se o texto de Freud nos interessa aqui é também porque a partir de sua leitura, Theodor Adorno (1977) realiza uma análise importante sobre a propaganda política do Terceiro Reich. Frente ao contexto do pós-guerra de uma Alemanha humilhada, em plena crise econômica e cuja autoridade paterna encontrava-se em pleno declínio frente ao processo de industrialização, Adorno soube mostrar, a partir de Freud, como as figuras sociais paternas não simplesmente desaparecem em tais circunstâncias, mas são investidas pela política com a promessa de retorno de um pai forte e arcaico, que não precisaria se submeter aos imperativos de repressão e do politicamente correto. Adorno mostrou que o que fazia com que cidadãos alemães, que não desejavam necessariamente realizar um genocídio, depositassem sua fé num líder tirânico, era precisamente uma lógica ressentida que vinculava o culto da pureza germânica a mecanismos de segregação das raças impuras, em nome do reestabelecimento da soberania e da segurança perdida.

No entanto, o que essa nova soberania promoveu não foram necessariamente novas e melhores leis de proteção e segurança do povo, mas a possibilidade de que essas leis poderiam ser suspensas e “transgredidas controladamente” ao sabor da vontade do *Führer*. Pois, como vimos em Freud, o fundamento simbólico da autoridade também guarda um germen do lugar de exceção e de desmesura.

Se parássemos aqui, teríamos todos os ingredientes para explicar o bolsonarismo como um neofascismo. Notemos, contudo, que no transcorrer desse mesmo texto e em seus anos de refúgio no Estados Unidos, Adorno irá sustentar que a teoria freudiana permite igualmente compreender como essa matriz da propaganda nazista transformou-se em padrão latente de nossas democracias liberais, quando as estratégias de marketing do pós-guerra começaram a se apropriar do fantasma do “pequeno grande homem”, isto é, “uma pessoa que sugere, ao mesmo tempo, onipotência e a ideia de que ele é apenas mais um do povo, um simples, rude e vigoroso americano, não influenciado por riquezas materiais ou espirituais” (Adorno, 1977/2007, p.172).

O que Adorno pretendia demonstrar é que o fundamento dessa identificação não precisava mais ser de ordem simbólica como quisera Freud.

Muito antes, a preponderância das identificações veiculadas então poderiam ser de ordem narcísica, fazendo com que o líder fosse uma espécie de “prolongamento da própria personalidade do sujeito, uma projeção coletiva de si mesmo” (Adorno, 1977, p.172), que funcionaria como uma espécie de compensação imaginária aos múltiplos sofrimentos psíquicos vividos pelo sujeito.

Se até aqui o mecanismo freudiano da identificação serviu muito bem para explicar o fundamento libidinal dos regimes totalitários do século XX, convém sublinharmos que ele foi igualmente criticado por conceder ao fenômeno da massa um caráter demasiado passivo, em que noções como manipulação, alienação e controle se atualizaram nas teses feitas por seus sucessores, sem a devida atenção e crítica à dimensão produtiva dos fenômenos coletivos, sociais e políticos. Nesse sentido, *Psicologia das Massas* também foi responsável por aquilo que Ernesto Laclau (2013) alcuinou de “denigração das massas”, contribuindo para associar o populismo a um fenômeno marginal da política, em que a inconsistência institucional e ideológica e o autoritarismo de seus protagonistas representariam aquilo que há de mais arcaico no jogo político.

Como veremos a seguir, os pares dicotômicos presentes no coração do político, tais como manipulação/alienação e agência/protagonismo das massas, revelam-se uma questão caduca para Laclau. Pois para o filósofo político argentino, o populismo, antes de ser determinado pelo conteúdo positivo de suas reivindicações ideológicas, é a forma do político manifestar-se no tecido social, por excelência. E para tanto, ele realizará uma inflexão na leitura da obra de Freud, cujo acento permite resgatar toda a potência política da obra freudiana.

### **A revitalização do populismo e a construção do povo.**

Para entendermos a importância dessa revitalização, convém retomarmos o contexto da obra inaugural de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1985) *Hegemonia e Estratégia Socialista*. Publicado meses após a queda do muro de Berlim e na véspera do ocaso soviético, *Hegemonia* procura relançar a pergunta que marca boa parte da obra de Antônio Gramsci acerca do fracasso da revolução socialista no ocidente. *Grosso modo*, na leitura de Gramsci, o conceito de hegemonia ocupa um lugar estratégico no marxismo ocidental ao destacar a importância da sociedade civil (enquanto supra-estrutura) na construção das condições de possibilidade para que diversos sujeitos políticos possam tomar consciência do processo histórico da luta de classes. A descentralização do proletariado como agente revolucionário privilegiado e universal apontava assim uma transição importante na tradição marxista, em que a sociedade começava a não ser mais vista como uma totalidade fechada e determinista, abrindo a possibilidade para a heterogeneidade de seus atores, em que o universal é transpassado necessariamente por uma negatividade incontornável.

Quando Laclau e Mouffe (1985) escrevem *Hegemonia*, a pergunta que guia suas preocupações é, portanto, como descrever o mecanismo do político que permite conceber a emergência da heterogeneidade das identidades sociais, em seu processo de alçar-se à condição de coletividades políticas, participando assim do que alcunharam de “democracia radical”. Isto é, um processo de formação hegemônica em que o antagonismo das identidades sociais (afirmação de fronteiras entre ‘nós’ e ‘eles’) possa passar por um circuito de negociações contingentes, cujo resultado poderá ampliar a gama de coletividades políticas do processo democrático.

O heterogêneo seria, para os autores, o equivalente aos “povos sem história” da dialética hegeliana, ou o “lupemproletariado” de Marx, a saber, sujeitos excluídos dos processos antagonônicos em curso na dialética política. No entanto, a teoria de Laclau e Mouffe procura resguardar-se do erro de essencializar a identidade dos excluídos enquanto entidades pré-discursivas. O heterogêneo não é um real que precede ao processo de simbolização do social, mas como diria Žižek (2008): “o obstáculo imanente, a pedra no caminho da própria ordem simbólica” (Žižek, 2008, p.319). Ou seja, o que interessa a Laclau e Mouffe (1985) é o momento político de irrupção do heterogêneo, cuja emergência desestabiliza a própria discursividade que se apresentava como universal a uma dada sociedade, demonstrando a contingência necessária a toda construção do universal.

É por isso que quando Laclau (2013) lança mão de operadores psicanalíticos para sua revitalização do populismo, o que ele busca é precisamente uma forma de demonstrar a operacionalidade da construção do povo a partir de um “investimento radical” de coletividades em um “significante vazio” (Laclau, 2013, p. 170) que possa vir a nomear e, doravante, unificar uma cadeia de demandas políticas equivalentes. O significante vazio operaria como um significante qualquer que a partir de um investimento libidinal, afetivo e ideológico consegue abrigar essa cadeia de demandas políticas contingentes.

Para tanto, ele tomará, por um lado, o operador da identificação estipulado em *Psicologia das Massas*. O que lhe interessa é notadamente a lógica semântica da identificação estipulada por Freud, a saber, a sinédoque, segundo a qual um sujeito se identifica com um traço parcial do líder que funciona singularmente enquanto formação de um todo. A lógica da sinédoque lhe servirá como estrutura de toda operação populista: a nomeação de um significante contingente (parcialidade) que se alça à condição de um novo universal (todo).

Por outro lado, Laclau (2013) pinçará da teoria lacaniana operadores suplementares para explicitar a lógica significante em jogo na operação populista, tais como, sobredeterminação, objeto *a* e Real. Tais operadores serão importantes, na medida em que Laclau precisa explicar o efeito produtivo da nomeação, que a partir da catacrese, deslocamento e condensação discursivas, produz um efeito de ressignificação do significante vazio. Pois, “se os nomes do ‘povo’ constituem seu próprio objeto – isto é, dão



unidade a um conjunto heterogêneo -, o movimento inverso também opera: eles jamais podem controlar completamente quais as demandas incorporam e representam” (Laclau, 2013, p.170). Desta feita, vemos como ele busca superar a dicotomia entre manipulação e agência do *populus*. Se para o Freud de *Psicologia das Massas* é o líder que dá nome a seu povo, na ação populista de Laclau, o inverso é igualmente verdade: o povo dá nome a seu líder.

Retomando nosso contexto de análise, estamos agora igualmente em condições de compreender a referida distância entre o fantasma do ditador e os novos líderes de extrema direita. Nas palavras do próprio Laclau:

“Se minha leitura de seu texto [*Psicologia das Massas*] for correta, tudo gira em torno da noção primordial de identificação, e o ponto de partida para explicar uma pluralidade de alternativas sociopolíticas dever se encontrado no *grau* de distância entre o Eu e o ideal do Eu. Se essa distância aumenta – e por que aumenta é a pergunta que devemos nos fazer-, encontramos a situação fundamental descrita por Freud: a identificação entre os pares enquanto membros do grupo e a transferência do papel do ideal do Eu para o líder. [...] Se, ao contrário, a distância entre o Eu e o ideal do Eu for menor, ocorrerá o processo [...]: o líder será o objeto escolhido pelos membros do grupo, mas ele também fará parte do grupo, participando do processo geral de mútua identificação” (Laclau, 2013, p.110).

Dito de outra forma, a questão gira em torno das condições de emergência do líder, seu respectivo grau de distância entre o Eu e ideal de Eu dos sujeitos identificados a ele, qual significante vazio ele ocupa a partir de sua discursividade e, finalmente, qual o efeito de nomeação que o torna possível. Questão a qual procuraremos ensaiar algumas respostas na seção seguinte.

### **Desresponsabilização e vitimismo: o discurso bolsonarista.**

Apresentando-se como Mito, o ex-capitão, reformado no exército, fez carreira na política através da instrumentalização do discurso de ódio (“bandido bom é bandido morto”, ou “de que a ditadura no Brasil deveria ter feito como Pinochet no Chile e matado 30 mil”). Com sua retórica patética que propaga a circulação do medo e da insegurança, sua popularidade nunca havia conhecido altos índices até o ano de 2018. No entanto, a partir da ruptura democrática vivida com o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, cujo processo, ainda que ininteligível, é apoiado pela maior parte da população brasileira, Jair Messias Bolsonaro começa figurar nas intenções de votos, como alternativa à rejeição ao Partido dos Trabalhadores.

Se o populismo fosse tão simplesmente uma operação das elites, ou se a massa não produzisse movimentos de ruptura e criação, teríamos atualmente um presidente de centro-direita no poder (PSDB ou PMDB). Contudo, a ruptura democrática promovida pela insatisfação das oligarquias brasileiras com a política econômica de Dilma tem um preço alto,

que se exprime na pulsionalidade e subjetividade do povo, abrindo um vazio representativo no espectro político, que não poderia ser ocupado por nenhum ator situado em seu centro; nem pela centro-esquerda que se encontrava na posição de denúncia de um “golpe”, (significante, cujo espaço semântico havia sido capturado pela mídia) não realizando assim o luto da perda de seus líderes; nem pela centro-direita que após o festim da carnificina política, começava a ver seus principais nomes indiciados na Operação Lava-Jato.

Frente a esse contexto político, “*Não fui eu*” – a pichação que em 2013 começava a se multiplicar nas ruas do Rio de Janeiro – é a resposta inconsciente que se oferece como justificativa a todo tipo de “transgressão controlada” que autorize o bem comum, como bem formulou João Moreira Salles (2017). Não importa se a fonte do que leio no ‘*Whatsapp*’ é confiável ou não, o que importa é que eu não seja responsabilizado pelo estrago. Doravante, todo discurso de ódio seria recodificado como “ódio do bem”, e uma disjunção entre retórica e ideologia passaria a autorizar que frases, até então politicamente incorretas, fossem proferidas sem constrangimento público. Afinal de contas, “se o judiciário pode transgredir, em nome do bem comum, por que eu não posso?!”. Nesse sentido, Bolsonaro entendeu melhor que ninguém que governar por clichês era a melhor forma de nos proteger de uma realidade que não entendemos, empregando as palavras de uma Hannah Arendt (1951/1990), ainda muito longe da época dos *memes*, *fakes news* e *trolls*.

Contudo, a desresponsabilização ética do sujeito não é o único ingrediente dessa retórica. O que Bolsonaro conseguiu construir com seu discurso foi a possibilidade de que o patético (*Phonyness*, diria Adorno) instaurasse um novo espaço de verdade, por mais absurdo que isso possa soar. Um espaço de verdade pervertido, um espaço de verdade que serve somente para uma parcela da população, um espaço que, sem dúvida, não é novo (a metáfora aqui é o tio ou tia falastrões que falam impropérios no almoço de domingo, mas que ninguém nunca deu bola ou conseguiu conversar), mas, apesar de tudo, um espaço que transformou nossa esfera pública. Atos homofóbicos, racistas e raivosos que outrora eram criticados e combatidos em nossa esfera pública passaram a ser sinônimos de espontaneidade, coragem e, sobretudo, sinceridade: todos aqueles predicados que faltam à classe política.

Bruno Carvalho (2018), em texto intitulado, *Não foi Você*, em resposta ao texto de Moreira Salles, realiza uma análise importante de como se operou uma mudança fundamental na retórica dos candidatos de extrema direita nos Estados Unidos. Quando um discurso xenófobo ou racista passava a não ser mais aceito como politicamente correto, ao invés de dizer que não querem morar perto de negros ou estrangeiros, candidatos republicanos passaram a proferir um discurso calcado numa pretensa liberdade individual: o Estado não pode me obrigar a viver com quem não quero.

Transformando assim aquele que é opressor e violento em oprimido e vítima.

Certamente, Bolsonaro soube utilizar essa fonte inesgotável de insatisfações e descrença na classe política, através de uma retórica vitimista, em que ele, como qualquer brasileiro, estava cansado de corrupção e insegurança. Mas, assim como Trump, ele se deu conta de que poderia transpor esse limite ao, por exemplo, elogiar um torturador na sessão de votação do Impeachment de Dilma Rousseff na Câmara, chegando ao paroxismo com o episódio da facada em Juiz de Fora.

Notemos como poucos casos conseguem oferecer tantos elementos para uma fonte de identificação narcísica: um certo Messias que nos braços do povo é atacado, chegando à beira da morte, para retornar como herói. Nesse *remake* brasileiro da via sacra, ao passo que a recepção social se dividiu entre acusações de tentativa de assassinato orquestrada pela esquerda e uma suposta armação auto-vitimizante da direita, testemunhamos absortos a consagração de um nome que passou a abrigar a heterogeneidade de demandas de injustiça e descontentamento, sob o signo do sacrifício. Como em uma tragédia em três atos: após a instrumentalização da justiça, seguida pela ruptura democrática, doravante toda a política passou a ser jogada no campo da moral e da fé, isto é, de sujeitos que, apesar e contra tudo, querem crer.

O que essa “religiosização da política” nos mostra, conforme propõe Laclau (2013), é que se o líder constitui o povo, o povo igualmente constitui o líder: o episódio da facada, regido sob o signo do sacrifício, foi sua beatificação; e Bolsonaro, o nome a ocupar o vazio que brotara frente ao esgotamento do pacto político neoliberal entre nossas elites e os partidos de centro.

### **Considerações finais: populismo democrático ou anti-democrático**

Ao longo desse ensaio procurei demonstrar como a revitalização do populismo empreendida por Ernesto Laclau nos permite analisar a emergência de líderes de extrema direita, escapando de dicotomias encontradas no emprego analítico de noções como fascismo ou neofascismo. Como Chantal Mouffe (2018) assinala com correção: não tenhamos dúvidas, vivemos um momento populista que se não for jogado será perdido de forma desastrosa pelos demais atores políticos. No entanto, a emergência do bolsonarismo nos coloca igualmente a questão – da qual Laclau se esquivou ao longo de toda sua obra – sobre a legitimidade democrática de certos populismos.

É o caso, portanto de finalizar esse ensaio com pelo menos duas diferenciações entre populismos democráticos e anti-democráticos. Em primeiro lugar, podemos elencar a forma como o “povo” é construído. Enquanto no populismo democrático o povo é progressivamente mais aberto e amplo – o que leva naturalmente o populismo ao limite de suas fronteiras antagonistas –, no populismo anti-democrático encontramos o povo como enti-

dade cada vez mais fechada, ainda que seu discurso procure abarcar as figuras clássicas do povo (proletários, campesinatos, brancos, heterossexuais) ‘silenciadas’ pelas políticas progressistas.

Nesse sentido, o bolsonarismo apresenta uma diferenciação importante no tocante à teoria de Laclau, pois para o autor argentino o limite semântico do significante vazio do líder se dá pelos *significantes flutuantes* que delimitam as fronteiras internas do social. Isto é, quanto mais amplo o significante vazio se pretender, maior será o grau de contradições internas que limitarão sua representatividade.

A consequência disso demarca igualmente a segunda diferenciação entre populismos democráticos e anti-democráticos. Pois, o que observamos na necropolítica bolsonarista é, no limite, uma estratégia suicidária do Presidente da República, de governar não apenas para a sua base de apoio popular, mas inclusive contra ela própria (Safatle, 2020). Em meio à pandemia da Covid-19, sob o esforço de permanecer uma figura *anti-establishment*, Bolsonaro convoca seus próprios apoiadores a sair do isolamento social e voltar ao trabalho, o que implicará necessariamente a morte de muitos. Nas palavras de Thomás Zicman de Barros (2018): “podemos dizer que o populismo anti-democrático se aproxima da passagem ao ato, de uma ruptura improdutiva, oposta ao ato analítico – como produtor de novas inscrições” (Barros, 2018, p.90).

Por mais que isso nos soe como um absurdo patético, se nossa análise está minimamente adequada, para sujeitos que se identificaram com esse líder precisamente a partir do signo do sacrifício, do mártir e do ‘messias’ salvador, isso não implica num paradoxo, mas, outrossim, numa confirmação.

À guisa de conclusão, retomo a pergunta: como nós enquanto psicanalistas podemos nos posicionar frente a sujeitos que querem, apesar e contra tudo, crer? Se é verdade que, frente ao estado de suspensão que vivemos a partir da pandemia da Covid-19, muitos foram os sujeitos que puderam realizar um trabalho de desilusão de suas identificações, é muito provável que muitos não terão a mesma sorte. A ética da psicanálise nos indica, no entanto, que por mais comprometido que um sujeito se encontre com seu sintoma, há sempre a aposta de que ele possa se responsabilizar pelos seus atos.

## Referências

- Agamben, G. (1993). *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- Adorno, T. (1977) Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. *Ensaaios sobre psicologia social e psicanálise*. São Paulo: Unesp. 2007.
- Arendt, H. (1951) *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

- Barros, T. (2018). Identidade, gozo, e as potencialidades democráticas do populismo. C, Hoffman & J, Birman (eds). *Psicanálise e política: uma nova leitura do populismo* (pp. 77-113). São Paulo: Instituto Language/Université Paris-Diderot.
- Brum, E. Cem dias sob o domínio dos perversos. *El País Brasil*. São Paulo. 2019. Acesso em: 02 de Julho de 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/10/opinion/1554907780\\_837463.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/10/opinion/1554907780_837463.html)
- Carvalho, B. Não foi você. *PIAUI* 142. Acesso em: 02 de Julho de 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/nao-foi-voce/>.
- Deleuze, G. & Guattari, Félix. (1972). *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- Freud, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro, RJ: Imago. 1996
- Freud, S. (1913) *Totem e Tabu*. Vol. XIII.
- Freud, S. (1921) *Psicologia das massas e análise do Eu*. Vol. VXIII.
- Laclau, E. & Mouffe, C. (2015). *Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios, 1985.
- Laclau, E. (2013) *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2003.
- Lago, M. (2019) Procura-se um Presidente. *PIAUI* 152. Acesso em: 2 de Julho de 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/procura-se-um-presidente/>
- Le Bon, G. (1954). *Psicologia das multidões*. Rio de Janeiro: F. Briguet & Cia, 1895.
- Mouffe, C. (2018). *Pour un populisme de gauche*. Paris : Albin Michel.
- Murrat, L. (2012). *O homem que se achava Napoleão: por uma história política da loucura*. São Paulo: Três Estrelas.
- Salles, J. (2018) Anotações sobre uma pichação. *PIAUI* 139. Acesso em: 2 Julho 2019. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/annotacoes-sobre-uma-pichacao/>
- Safatle, V. (2015). *O circuito dos afetos*. São Paulo: Cosac Naify.
- Safatle, V. (2020). Bem-vindo ao estado suicidário. Acessado em 07/04/2020. Disponível em : <https://n-1edicoes.org/004>.
- Zizek, S. (2008). *In defense of lost causes*. London: Verso.

---

Fecha de recepción: 22 de agosto de 2019  
 Fecha de aceptación: 6 de mayo de 2020